

Governos e sociedade: E as mulheres com deficiência?¹

Manu Candido

Quando a Mari me convidou pra falar sobre políticas públicas para mulheres com deficiência fiquei tensa, porque é um assunto tão amplo, importante e mesmo assim pouco debatido, que num primeiro momento nem soube por onde começar.

Então fui pesquisar alguns dados. O mais recente CENSO do IBGE que encontrei sobre pessoas com deficiência é de 2010. No recorte por gênero 26,5% são mulheres. No recorte por raça 30,9% dessas mulheres se declararam negras e 26,6% pardas. Acredito que o número possa ser ainda maior, pois como a Jarid Arraes observou muito bem (...) os dados do IBGE se baseiam nas entrevistas em domicílios. Sendo assim, pessoas em situação de rua acabam não sendo ouvidas, nem representadas e retratadas.

De acordo com a International Network of Women with Disabilities (INWWD) 40% das mulheres com deficiência em todo o mundo são vítimas de violência doméstica e 12% de estupros. Já no Brasil dados específicos de violência contra mulheres com deficiência são escassos. Em 2013 Solange Ferreira, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, disse que o número de denúncias no disque 100 mostra que mulheres com deficiência sofrem mais violência do que homens na mesma condição. Mas não encontrei fontes que representassem essas denúncias em estática.

E se não existem sequer dados oficiais precisos, quanto mais políticas públicas que contemplem essa situação assustadora. O governo federal implementou o programa Viver Sem Limites que visa promover a cidadania de pessoas com deficiência em várias frentes. Mas de novo não há nada específico pras demandas das mulheres pertencentes a essa minoria.

E se a opressão de gênero é cruel e esmagadora pra totalidade das mulheres, quando se apresenta alguma deficiência o quadro se agrava muito. Isso em todos os aspectos. Seja no mercado de trabalho, onde as oportunidades pras mulheres são ainda mais raras e quando surgem elas ganham menos. Seja no acesso a educação já que parcela de mulheres com deficiência nas universidades é ínfima.

Quando o foco é saúde falta praticamente tudo. Faltam desde mamógrafos adaptados pra mulheres com mobilidade reduzida, até espaços acessíveis pras deficientes visuais e profissionais capacitados/interpretes de LIBRAS pras deficientes auditivas. Inclusive durante minha pesquisa encontrei um texto da Mara Gabrilli e nele o relato de uma mulher com deficiência auditiva que não sabia sobre sua gravidez ser de gêmeos, durante o parto depois de dar a luz ao primeiro bebê ela parou de fazer força, a enfermeira não era treinada pra se comunicar com ela, não conseguiu avisar pra continuar fazendo força e o segundo bebê morreu.

A autonomia e direitos reprodutivos é praticamente inexistente. Se a maioria das mulheres sem deficiência são pressionadas pra serem mães, muitas mulheres com deficiência são pressionadas pra não ser. Os casos de esterilização compulsória (principalmente em mulheres com deficiência intelectual) são alarmantes. Mesmo quando não se chega a esse extremo, a pressão psicológica é imensa. As que optam pela maternidade são desacreditadas, desqualificadas, subestimadas. Se não há estrutura e suporte pra que essas mulheres cuidem de sua saúde de modo geral, no campo da ginecologia, obstetrícia e pediatria muito menos.

¹ Disponível em: <http://lugardemulher.com.br/governos-e-sociedade-e-as-mulheres-com-deficiencia/>. Acesso em 29 de out. 2017.

Se por um lado as mulheres com deficiência são desacreditadas e desamparadas quando decidem ter filhos, por outro o aborto legal e seguro lhes é negado. Assim como é negado pra outras mulheres que não tem deficiência. Embora uma gravidez indesejada possa representar um risco ainda maior pra uma mulher com deficiência, devido à falta de acesso a acompanhamento médico e todos os demais obstáculos impostos pela sociedade, se essa mulher não comprovar o risco de vida ela não poderá interromper a gravidez de forma segura. E ainda que comprove o risco de vida, assim como todas as outras mulheres brasileiras não poderá fazer o procedimento pelo SUS.

O mesmo se dá em casos de estupro, além de não ter o procedimento coberto na rede pública, pra conseguir a autorização judicial precisa denunciar a violência sofrida, o que se torna mais complicado pra uma mulher com deficiência, pois existe a dificuldade de se chegar até uma delegacia, a falta de acessibilidade e de credibilidade depois que se chega. Sem contar o fato de a maioria dos estupros serem praticadas por maridos e outros membros da família, de quem muitas vezes a vítima é dependente física, emocional e financeiramente.

Como disse no começo, o assunto é tão amplo e importante que já escrevi quase 3 páginas do Word e acho que nem me aprofundi como deveria. Mas tudo isso é pra começo de conversa.

O mínimo que se espera, o básico que não existe hoje é dignidade. Acredito que um dos caminhos é a visibilidade, não deixar o mundo esquecer que existimos. E pra alcançar a visibilidade precisamos ocupar espaços e ter ferramentas que nos permitam ocupa-los. São várias essas ferramentas. Uma delas é trazer o assunto à tona, muito e sempre. Até que a realidade mude.

Feminismo e capacitismo²

Texto da Equipe de Coordenação das Blogueiras Feministas.

O assédio nas ruas ou no transporte público costuma ser um tema que aproxima as diferentes mulheres por ser extremamente corriqueiro e estar presente em todas as classes sociais. Muitas mulheres estão condicionadas a usarem determinada roupa ou a evitarem passar por determinados lugares tentando fugir dessa abordagem violenta. Mesmo com a propagação da ideia de que muitas mulheres adoram ouvir um assobio na rua, a maioria delas sabe apontar diferenças entre uma aproximação e uma violência verbal. E, nenhuma delas está livre de ser constrangida por estranhos.

Existe, no senso comum, a falsa ideia de que a pessoa que possui um corpo não-normativo está livre de assédio, abuso e de outras facetas do machismo. Porque não seria uma mulher atraente. Porque as pessoas insistem em acreditar que violência sexual e estupro tem relação apenas com sexo, quando na verdade, são demonstrações de poder. Nenhuma mulher, independente de conformação física e/ou cognitiva, está livre de assédio ou abuso. Mulheres gordas, idosas, negras, trans*, com deficiência, todas estão sujeitas a esse tipo de violência, que pode atingi-las de diferentes formas.

Nesse contexto, a mulher com deficiência muitas vezes é considerada uma “vítima perfeita”, já que é mais vulnerável fisicamente e não raro é desacreditada e ridicularizada ao relatar as violências que sofreu. A mulher com deficiência também é vista como um ser assexuado ou que deve ficar satisfeita com qualquer tipo de aproximação afetiva para não ficar sozinha.

² Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/03/feminismo-e-capacitismo/>. Acesso em 29 de out. 2017.

Paralelamente, é bastante comum que pessoas com deficiência sejam retratadas na grande mídia de forma paternalista e estereotipada, de modo que passe para o espectador alguma lição de vida, de superação, algum aprendizado para o consumidor final. Porém não apenas pessoas com deficiência passam por dificuldades. Então, a quem serve a fabricação dessa hierarquização de opressões? E por que devem ser as pessoas com deficiência as portadoras dessa mensagem?

A organização Pro Infirmis criou uma série de manequins com base nos corpos de pessoas com algum tipo de deficiência física. Os exemplares foram expostos em vitrines de lojas em Zurique, na Suíça, pra chamar a atenção e conscientizar quem passava para a aceitação de pessoas com deficiências físicas.

A resposta pode estar na forma como a sociedade enxerga os corpos não-normativos. A identidade social se define pela semelhança entre seus indivíduos. Ora, as limitações das pessoas com deficiência são, em sua maioria, impostas pela sociedade que as contém. A sociedade é capacitista ao excluir quem é diferente, limitando suas experiências, colocando essas pessoas com corpos não-normativos numa posição de “super-humanos”, enquanto suga suas potencialidades ao não abrir espaços para novas formas de agir, trabalhar, aprender e viver.

Em outra ponta, os corpos não-normativos quando visibilizados costumam ser ridicularizados. É comum as pessoas fingirem ser vesgas, banguelas ou dentuças, inventarem verrugas ou aumentarem extremidades como nariz e orelhas quando querem parecer feias. Há uma grande diferença entre ser “feia” por alguns minutos e ser considerada “feia” por toda uma sociedade que não a vê como uma igual.

Para quem tem um corpo fora do padrão, uma condição física ou psíquica fora do que se convencionou chamar de “normal”, há duas opções: fingir não ser assim ou ser ignorada como indivíduo pela sociedade. Não há estímulo para que pessoas com corpos não-normativos saiam de casa, frequentem locais públicos. Na maioria das vezes não há instrumentos que permitam a mobilidade, mas também há muito preconceito, individualismo e falta de paciência por parte das outras pessoas.

Mesmo estando em locais públicos, as pessoas esperam conviver apenas com seus semelhantes, não há interesse que esses espaços sejam mais inclusivos. Não há preocupação em diversificar socialmente os espaços de convivência. Em sua maioria, a sociedade continua querendo se julgar perfeita e para isso é preciso ignorar e manter longe as pessoas “imperfeitas”.

Portanto, é importante que o feminismo se preocupe em visibilizar e lutar pela autonomia de mulheres com deficiência, mulheres com corpos não-normativos, mulheres que são consideradas “incapazes”. Há questões muito específicas na luta contra o capacitismo, pensar em ações contra a violência que contemplem e respeitem essas mulheres, também é fundamental para expandir a luta por uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

Usar como “tática feminista” uma ação que ridiculariza mulheres com corpos não-normativos é jogar o preconceito cotidiano na cara dessas mulheres. Pessoas cujos corpos não tem a aparência ou funcionalidade que se convencionou pensar que teriam. Esses corpos e pessoas são empurradas para fora das normalidades. Essas pessoas são ridicularizadas, desumanizadas, alienadas de suas vontades, caladas de seus desejos e invisibilizadas. Para a maioria das pessoas que não sofrem diariamente com a repulsa alheia, brincar de ser repulsiva pode parecer engraçado e até mesmo astuto. Porém, ao fazer isso estamos apenas reproduzindo um preconceito para escapar de um problema. Estamos apenas oprimindo para salvar nossa própria pele.

Mulheres negras, deficiência e invisibilidade³

Por Jarid Arraes

Nossa cultura lida com a questão da deficiência de uma forma bastante imprecisa. São muitas as mensagens inspiracionais que parecem dizer “seja grato por ser ‘normal’”, usando pessoas com deficiência como uma espécie de fetiche que trará motivação. Enquanto essa abordagem é problemática e reducionista, poucas são as pessoas que conseguem refletir sobre o tema, dessa forma questões muito urgentes são totalmente ignoradas. Afinal, o que sabemos de fato sobre o assunto?

Segundo dados do IBGE baseados no Censo 2010, 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, seja física ou intelectual. As informações disponíveis levam à uma problematização das questões de gênero e raça que devem ser colocadas para discussão.

De acordo com os dados coletados pela pesquisa, o número de pessoas com deficiência é predominante entre a população não-branca e feminina, sendo que as mulheres negras compõem a parte principal desse grupo. Além disso, o Nordeste é a região brasileira com maior prevalência, o que nos leva a uma reflexão sobre a relação que há entre gênero, deficiência, raça e pobreza. Essas informações são bastante alarmantes, uma vez que a educação e o mercado de trabalho já são extremamente inacessíveis para pessoas negras e pobres, assim como para mulheres, que recebem menos que os homens pelos mesmos trabalhos realizados. Ao somarmos as informações, nos deparamos com um quadro agudo de exclusão.

O Feminismo Negro há muito tempo vem chamando atenção para a situação de desprivilegio que as mulheres negras enfrentam em sociedade. No entanto, a necessidade de avaliar as interlocuções que a misoginia e o racismo fazem com as deficiências ainda é muito generalizada em todos os movimentos sociais. Há muito para ser discutido e o assunto pode ser assustador: cerca de 40% das mulheres com deficiência já sofreram violência doméstica e seus agressores estão entre as pessoas das quais elas dependem diretamente para terem cuidados básicos. Denunciar, para elas, pode ser uma tarefa quase impossível; se para mulheres sem deficiência já há dificuldade em quebrar o silêncio em casos de violência, quando as vítimas dependem vitalmente de seus agressores o contexto se torna ainda mais complicado. A instabilidade dessa situação resulta na necessidade urgente de promover mudanças.

Um dos motivos por que é tão difícil mudar esse quadro é que não basta responsabilizar uma entidade singular e independente pelos problemas existentes; tudo depende de como as pessoas agem em sociedade, em nossa cultura. As mulheres negras já enfrentam barreiras para conseguir um emprego ou ter acesso a educação, mas a situação fica muito mais severa quando elas possuem algum tipo de deficiência. Valores racistas e machistas se unem para reforçar ideias criminosas, como a cobrança por uma “boa aparência”. Assim, não é uma surpresa o fato de que esse grupo esteja em uma situação de vulnerabilidade e marginalização tão profunda.

Também é preciso analisar a ausência de dados a respeito das mulheres em situação de rua. O próprio modo como é feita a coleta de dados tem vários furos, já que o Censo é realizado em residências. Basta um simples exercício de observação das ruas para identificar um número preocupante de pessoas com deficiência que têm seus direitos constantemente violados. Além disso, o Censo trabalha com a autodeclaração no quesito de raça e etnia, o que leva a muitas pessoas afrodescendentes, negras ou com ascendência indígena que não se declaram como tais,

³ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-deficiencia-e-invisibilidade-por-jarid-arraes/>. Acesso em 30 de out. 2017.

mesmo que os números indiquem um aumento na identificação pessoal da população negra no Brasil.

Um assunto de tamanha complexidade carece de abordagens mais diversas e aprofundadas. É preciso falar ativamente sobre as situações de racismo e misoginia contra pessoas com deficiência. Fetichização e “pena” não geram transformações concretas e nem respeito sincero; é preciso divulgar dados, propor debates e reivindicações e buscar garantir dignidade e espaço para quem é esquecido e excluído socialmente. Entendamos de uma vez por todas que falar de “mulher” não necessariamente significa falar de todas as mulheres: muitas ainda estão esperando o momento em que serão efetivamente lembradas.

Fonte: Revista Fórum